

CALCE OS MEUS SALTOS E PERCORRA MEU TRAJETO EDUCACIONAL

PUT ON MY HEELS AND GO ON MY EDUCATIONAL PATH

Clara Hanke Ercoles¹
Eliane Rose Maio²

RESUMO

Quem seria capaz de vestir os saltos de uma travesti ou de uma mulher transexual puta e conhecer seus trajetos educacionais? Vivemos em uma sociedade binária, cisheteronormativa, machista, elitista, branca, racista etc que a violenta a pessoa travesti. A escola é uma instituição inserida nessa sociedade e é um espaço que produz e reproduz desigualdades. Suas estilísticas de existência as marginalizam, expulsando-as de seu espaço. Sendo assim, qual foi o percurso na educação formal das putas transexuais? Para isso, entrevistamos duas mulheres transexuais, do Paraná, para compreender seus processos nos espaços formais de educação. Percebemos com seus relatos que a hostilidade e violência as expulsa dos espaços escolares e acadêmicos, pois são instituições sociais transfóbicas.

Palavras-chave: Mulher transexual. Puta. Trajetos Educacionais. Expulsão.

ABSTRACT

Who would be able to put the heels of a transvestite or a transsexual whore and know their educational paths? We live in a binary, cisheteronormative, sexist, elitist, white, racist, etc society that violates the transvestite. The school is an institution inserted in this society and it is a space that produces and reproduces inequalities. Their styles of existence marginalize them, expelling them from their space. So, what was the path in the formal education of transsexual whores? For this, we interviewed two transsexual women, from Paraná, to understand their processes in formal education spaces. We realize

1 Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR. Mestra em Educação pela UEM. Email: claraercoles@hotmail.com ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6690-4713>

2 Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, PR. Doutora e Pós -doutora em Educação Escolar (UNESP/Araraquara). Coordenadora do Nudisex (UEM). Email: elianerosemaio@yahoo.com.br ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9280-9864>

with their reports that hostility and violence expels them from school and academic spaces, because they are transphobic social institutions.

Keywords: Transexual woman. Whore. Educational paths. Expulsion.

INTRODUÇÃO

Desde o processo de ir a campo até o momento de escrita de uma dissertação, há várias subjetividades que podemos captar ou nos fugir, por isso revisitamos a nossa dissertação *Sereias do asfalto e suas trajetórias Educacionais*, que foi defendida no dia 03 de Junho de 2020, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com a orientação da Doutora Eliane Rose Maio.

Entre tantas perguntas e discussões (im)possíveis em uma dissertação, nesse momento refletimos nos caminhos trilhados e escapados dentro da educação formal de pessoas trans. Como foi o trajeto de travestis e mulheres transexuais putas nas instituições de ensino?

Pensamos em fazer um recorte na pesquisa da dissertação que focasse na discussão dessa inquietação. Por isso, debruçamo-nos ao que se refere à educação formal e a expulsão dessas instituições de ensino, já que nossa sociedade é binária, cissexista, machista, elitista, branca, racista, heteronormativa etc e suas existências não são bem-vindas.

Investigamos o processo da pesquisa através da Cartografia (KASTRUP, 2015), por meio de trânsitos e de um pesquisar itinerante (ROSA, 2017). Despimo-nos das regras e treinamos nossa atenção e paciência (ALVAREZ; PASSOS, 2015). Assim, suspendemos nossos juízos, entramos de corpo inteiro e experimentamos devires (ROSA, 2017).

As duas colaboradoras dessa pesquisa são Carol e Anne, nomes fictícios escolhidos por elas, de acordo com suas preferências. Carol Melo, que tem 25 anos, é mulher transexual, negra e é de Barbosa Ferraz-PR. No momento reside em Maringá. Atualmente, sua profissão é a prostituição. Ela concluiu o Ensino Médio. Já Anne tem 50 anos, é mulher transexual, branca e é de Uruguaiana-RS. Ela mora em Paranaíba-PR. Recorreu à prostituição na adolescência. É organizadora do Coletivo LGBTI+ de Paranaíba. Ela tem o Ensino Fundamental I incompleto, interrompeu seus estudos na 4ª série da

antiga seriação do Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série). Os nomes são fictícios e escolhidos por elas de acordo com suas preferências.

As entrevistas aconteceram separadamente, para que se sentissem mais a vontade em compartilhar suas histórias e intimidades. Conhecemos Carol na primeira ida a campo, em Maringá. Anne já era amiga nossa, convidamos e ela topou participar. Você perceberá a presença de nossa amiga Lua, tanto nas abordagens, quanto em uma das entrevistas, com a participante Carol. Ela significou companhia e segurança nas ruas pela noite e empatia, por ser travesti.

CINDERELAS QUE NÃO PERDEM O SALTO

As ruas foram convidativas a refletirmos em diferentes estilísticas de existência que não encontrávamos dentro da universidade. Quando entendemos que na nossa sociedade travestis e mulheres transexuais não são bem-vindas, ajuda-nos a compreendermos que elas não acessam ou permanecem em mercado de trabalho formal porque é hostil e violento às pessoas trans, não contratando profissionais trans e/ou não respeitando suas existências. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) (2019, p. 33),

apenas 4% da população Trans feminina se encontra em empregos formais, com possibilidade de promoção e progressão de carreira de acordo com os dados levantados pela ANTRA. De igual modo, vemos que apenas 6% estão em atividades informais e subempregos. Mantém-se aquele que é o dado mais preocupante: 90% da população de Travestis e Mulheres Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda.

Considerando que grande parte das travestis e mulheres trans são putas, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) reflete sobre o cuidado de não reduzirmos nossas produções acadêmicas sobre pessoas trans apenas à prostituição e à indústria da beleza como o seu local. No entanto, é lá que elas estão, segundo os dados da ANTRA (2019). Como ignorar essa discussão?

Megg Rayara Gomes de Oliveira (2018) afirma que a prostituição de travestis e mulheres transexuais é um lugar de poder

e de oportunidade que não questiona suas identidades, oferece autonomia financeira e permite que sejam protagonistas da ação, já que são as negociadoras.

Uma vez em campo, algumas amigas de Carol que estavam no ponto de trabalho dela, ficaram curiosas sobre a presença da Lua e se ela era a nova puta de lá. Foi interessante a resposta de Carol, que disse algo do tipo “essa é estudada. Não é como a gente não”, explicando, assim, que Lua não era puta, mas alguém diferente delas, que ocupa outro espaço.

Refletimos no demarcador ‘estudada’ que Carol escolheu usar. Em meio a tantos outros demarcadores, inclusive verbalizar que ela não era puta, mas o fator da educação parece que foi o adjetivo mais adequado que Carol quis usar para diferenciar entre elas e Lua.

Acontece que Lua tinha recém concluído o mestrado em Educação, pela Universidade Estadual de Maringá, com a orientação da professora Eliane Rose Maio. E isso Carol já sabia, porque já havíamos conversado sobre em encontros anteriores. E só esse fato já simbolizava para Carol uma representação diferente sobre a Lua. Então percebemos a necessidade de pensar sobre academia universitária e ser puta.

A academia está inserida e a serviço de uma sociedade branca, elitista, cisheteronormativa, machista, patriarcal, binária e assim ela também se constrói. Seus saberes construídos sobre pilares euro-estadunidenses deslegitimam outros saberes que não seja do seja do sujeito universal (RIBEIRO, 2017). As instituições acadêmicas estão interessadas nos saberes das travestis e das mulheres transexuais?

Travestis e mulheres transexuais não são bem-vindas nos espaços acadêmicos, nem em seus currículos e corpo docente e discente. No momento da entrevista, Carol nos questionou se havia pessoas trans na Universidade Estadual de Maringá e ficou impressionada com o número de pessoas que começamos a nomear e numerar. Por fim, fica muito interessada em ter contato com essas pessoas e novas possibilidades.

Lua: enfim. Vários, várias. E é legal porque a gente tá tudo num grupo, se você quiser eu posso te colocar lá também, a gente conversa, se apresenta...

Carol: Ai, que tudo! Ia ser tudo! Ai, ia ser tudo, tô precisando dessas coisas novas.

Quanto a Anne, já está mais familiarizada com a academia. Para ela, tem significado de empoderamento e de abertura de local de fala graças a um projeto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), de Paranavaí-PR, que rompe com a lógica normativa e excludente da academia e abre suas portas e empodera.

Anne: Tipo assim, hoje o espaço que a gente tem na academia de abrir espaço para pessoas que nem eu, poder falar, isso aí é uma coisa monstruosa, maravilhosa. Isso na época em que a gente não tinha espaço nem, mas nem que fosse na faca, para querer fazer alguma coisa, entendeu? E hoje em dia as pessoas chamam a gente para falar sobre a nossa vida, sobre as nossas vivências para contar o que que é a vida da gente, entendeu? então quer dizer sabe é tão foda isso. É tão importante isso. Tava até falando no dia do orgulho LGBT disso, eu quanto que isso aí tipo sabe, vem evoluindo a mentalidade da sociedade, vem fazendo uma mudança de verdade nas coisas. Porque é muito diferente você lê sobre LGBT nos livros, você estudar, você falar sobre teorias entendeu? sobre gênero e sexualidade. E agora vai falar com a pessoa cara a cara, frente a frente, ali.

Clara: Ahh.. To me segurando aqui, mas eu tô ohh

Anne: Mas não é verdade?

Clara: Sim

Anne: A coisa mais foda que tem, pô, que é puta, você não tá falando teoria você tá falando comigo caralho, que sou uma travesti, ex-presidiária, entendeu? sabe com todo o inferno de vivência, com um monte de orgulho também, que eu desenvolvi com longo do tempo entendeu? Porque eu tenho direito de não me odiar.

Oferecer o direito de não se odiar é o começo para a academia romper com a norma da sociedade. Convidar, ouvir, conhecer, discutir e empoderar são ações que colaboram nas diversas militâncias de grupos que são marginalizados por essa mesma academia. Anne também relata que criaram um canal de denúncia, com apoio do Ministério Público, apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Universidade UNESPAR.

Essa ação da Universidade incentivou Anne a organizar um coletivo de Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans (LGBT)

juntamente com outras pessoas e ter sucesso com ele. Possibilitou ter acesso a conhecimentos legais que ainda não tinham e acesso para dúvidas e diálogos com a universidade. Empoderou e permitiu que o grupo LGBT se organizasse, e a partir de agora rumam a discutir e lutar por políticas públicas no município.

Anne: De sair da teoria, largar o Lattes, querer conversar com as pessoas na rua, querer interagir com as pessoas, querer a representatividade das pessoas nesses espaços. Porra! não vai falar sobre gente negra? Então tem que ter lá, alguém negro. 'Ah mas não tem gente negra na universidade', então vamos arrumar, vamos arrumar um e colocar aqui, 'ah não tem trans na universidade', então vamos chamar uma para falar, tem que ter uma representatividade, nem que não seja da Universidade mas que venha. [...] Porque eu não tinha esse apoio, é muito fácil eu juntar um monte de travesti querer ficar lá na frente da prefeitura batendo boca, que que eu vou conseguir com isso? A partir do momento que a gente tem acesso as leis e sabe como discutir, sabe o que é direito, que... que é lei, e sabe quais são as prerrogativas para bater boca com alguém, os argumentos que a gente deve usar, entendeu? Para discutir constituições, tipo, porra, tipo não tem nem o que falar, isso aí foi assim sabe? tipo salvou a militância do Brasil todo. Não sei de onde tiraram isso, se foi de algum exemplo de fora, que fizeram isso, se foi só uma abertura de consciência do nada que veio, sabe? Mas puta que pariu, foi uma ação do caralho [...] Ai quando a própria academia abriu espaço para essa voz, aí fodeu tudo! Quer dizer, foi o negócio muito foda, entendeu? Então tipo assim, todo o processo de militância ele evoluiu tipo uns 100 anos entendeu?

Anne pontua seu incômodo com a formalidade acadêmica, como a corrida do preenchimento do currículo Lattes e o esvaziamento teórico, e convida o risco para as pesquisadoras de focar suas lentes epistêmicas nas pessoas à margem, buscando praticar suas pesquisas.

Além disso, ela denuncia que não devemos nos conformar com a ausência de pessoas negras, trans e tantas outras nas universidades,

mas sim incluí-las, mesmo quando não estão dentro, convidando. Essas iniciativas colaboram tanto para o crescimento da universidade quanto das pessoas que de grupos minoritários, uma fusão de conhecimento entre o universo acadêmico e novos saberes, deixando de lado os fundamentos hegemônicos.

Anne desabafa que fez muitos trabalhos que não tem orgulho até conseguir estudar sozinha na biblioteca de sua cidade para aprender e ter um trabalho para subsistência. Aprendizagem que ela fez questão de pontuar que não foi graças à escola. Dela só recebeu violência. Nem deixou de aprender por preguiça ou problemas de aprendizagem.

Anne: O que me atrapalhou nessa passagem toda, nesse processo foi o lance da escola ter sido um ambiente de tortura para mim, então quer dizer sabe, então eu só não desenvolvi uma vida acadêmica por conta disso, entendeu? Só isso queria deixar bem claro, eu só não tenho não é por falta de capacidade de interpretar, Não é porque eu sou burra, não é que eu sou lerda pra compreender as coisas, muito pelo contrário [...] o que me atrapalhou nessa minha vida com a escola foi a transfobia.

A escola foi o ambiente que atrapalhou a aprendizagem de Anne, pois promoveu exatamente o contrário que ela precisava para aprender. Seus relatos são marcados de muita tristeza e suas histórias de violências do período escolar explicam o porquê desse sentimento.

A única lembrança boa que Anne afirma ter da escola é com uma professora de Educação Física, que guardou segredo quando descobriu que ela usava um sutiã e não queria trocar de roupa para colocar os coletes do jogo na frente dos outros meninos. Ela foi carinhosa e compreensiva.

Mas para Carol essa relação foi diferente. Ela narra que tinha dificuldade na relação afetiva com seu professor de Educação Física porque ele dividia a turma para que realizassem as atividades de acordo com o gênero. Mesmo quando ele aceitou que ela fizesse com as meninas, já tinha desenvolvido um bloqueio pelo mesmo. Isso afetava seu desenvolvimento, aprendizagem e nota.

Apesar com a dificuldade de relação com o professor, Carol tinha uma relação amistosa com colegas, conforme seu relato. É

perceptível uma tensão de insultos por parte das outras crianças/adolescentes, mas que ela se esquivava e fugia dessas violências.

Carol: Aí cê fica naquela, tipo, ah, um zoa daqui, outro zoa dali, cê fica naquela, perdida, né. Então eu acho que depois que eu me descobri realmente quem eu era, aí acho que foi o melhor momento que eu tive da, é... da parte de escola.

Entender quem era ela, como mulher transexual ainda na adolescência, ajudou Carol e fez com que fosse o melhor período da escola. Embora para ela as violências escolares tenham sido superáveis, para Anne foi marcado de muita dor. Diz que desde suas primeiras experiências na escola não conseguia fazer amizades e era o alvo por ser considerada 'afeminada' e 'diferente'.

A situação chegou ao limite quando Anne, por volta dos 12 ou 13 anos, foi estuprada por colegas no banheiro da escola. Mesmo ela reagindo e denunciando a violência, foi violentada novamente pela equipe pedagógica, na forma de culpabilização.

Anne: Eu entrei analfabeta e saí analfabeta, entendeu, sem saber nada, sem saber ler, escrever, nada, entendeu, porque eu não tinha condições psicológicas, eu não tinha espaço pra desenvolver nada, eu não tinha, assim, sabe, um contato de pegar, aprender e querer fazer alguma coisa, entendeu, então o foco era sempre me moldar, o foco era sempre me colocar dentro da... do sistema, da situação, entendeu, e como não conseguiam, entendeu, então sempre aumentavam mais a violência, sempre a coisa era aumentada. Tipo, com 12 pra 13 anos, os meninos tentou me comer no banheiro à marra, me prendeu, chegaram a arrancar minha roupa, entendeu, o outro chegou a tirar o pinto pra fora, sabe, tipo assim, e eu gritei, eu briguei, corri, fiz um escândalo, não sei o que, me pegaram, me pararam, me levaram pra diretoria, entendeu, brigaram comigo, falaram um monte de coisa 'ó, você sabe que você não pode fazer isso, não sei o que, não sei o que, e tal...' Eu: Colocaram a culpa em você!

Anne: Sim, entendeu, e é o seguinte, eu falei 'mas eles foram me atacar!', 'mas a culpa é sua, é esse seu jeito

que faz o menino fazer isso, a culpa é sua e não sei o que...' e eu fui expulsa da escola.

Eu: E você foi expulsa!

Anne: aí nunca mais voltei a estudar.

Eu: Aí, em que ano foi isso, mais ou menos?

Anne: Da terceira para a quarta série

Eu: Da terceira pra quarta... Aí você nunca mais voltou?

Anne: Nunca mais

[...]

Eu: Hum... caramba, que situação...

Anne: Então, tipo assim, a minha passagem, que nem eu te falei, é curta, tipo, eu não tenho um histórico assim, sabe. Eu, quando alguém me pergunta, eu falo, se for falar, eu nem tenho histórico escolar, eu nem estudei, porque essas situações toda que eu passei, tipo, nenhuma delas me colocou, entendeu, dentro de uma situação, tipo, de um trabalho pedagógico...

Por meio do excerto da fala da colaboradora, destacamos que a violência contra pessoas trans precisa ser tratada e cessada, se não, ela aumenta. Entretanto, também notamos que a escola não está preocupada com suas existências, é apenas mais uma instituição que está inserida e cumpre às demandas de uma sociedade cisheteronormativa. Por fim, a vítima que foi expulsa. É aceitável ter meninos violentos dentro do espaço escolar, mas não uma criança/adolescente fora da norma cis.

Nesse mesmo excerto, Anne reconhece que a escola não foi o espaço que a preparou pedagogicamente, apenas a ceifou mediante descasos e violências físicas e emocionais. O objetivo da escola, para ela, era moldá-la ao sistema, como não conseguiram, a expulsaram.

O relato de Anne comprova a afirmação de Berenice Bento (2012) que travestis e mulheres transexuais são expulsas da escola. A instituição escolar é incapaz de lidar, tratar e formar par as diferenças e pluralidade (BENTO, 2012). Ou ainda, segundo Guacira Lopes Louro (2003), essa instituição não só reproduz desigualdades, mas a produz.

Sendo a escola um espaço de desigualdades, de produção de normas para aquelas que ocupam, empurra à margem quem não se adequa. Desse modo, a presença de travestis e mulheres transexuais é um afronte que precisa ser eliminado.

Diferente de pessoas que largam os estudos pois precisam ajudar suas famílias financeiramente trabalhando, a travesti ou a mulher transexual fazem por não serem bem-vindas, ou ainda recebem a expulsão verbalizada, como ocorreu com a Anne. A primeira situação pode ser entendida por evasão, porque um problema externo fez com que alguém se afastasse dos estudos, caso contrário, permaneceria estudando. Já o segundo, é expulsão porque alguém abandona a escola por não se encaixar em padrões de gênero e/ou sexualidade. Bento (2012) conclui que são naturezas de violências diferentes.

Sobre esse espaço, desde os níveis fundamentais até o ensino superior, Adriana Sales (2018) elucida que são negadas as estilísticas de existências. Desse modo, não tem presença trans, não tem trans no currículo e não tem respeito a qualquer forma de existência de pessoas trans.

Para bell hooks (2017), os espaços de educação formal são apontados como uma prisão, pois representa castigo e a reclusão, nem algo que seja positivo. Ela considera a pós-graduação tediosa e remete ao conceito de educação bancária, de Paulo Freire³.

Foucault (2014) também já comparou a escola à prisão. Ambas são influenciadas pela disciplina, que é uma forma de poder. O objetivo é dominar corpos dóceis em domínio. E o corpo da travesti e da mulher transexual é o que a sociedade cisnormativa repulsa e expulsa. E Luma de Andrade (2012, p. 249) denuncia sobre a expulsão, pois

Mesmo com as resistências, algumas são punidas, inclusive com a pena de expulsão e sem direito a defesa. Muitas vezes, a punição não é necessariamente por um erro cometido, mas é uma forma de tentar camuflar a transfobia, pois quando o mesmo ato é cometido por alguém alheio ao universo trans o procedimento de punição é diferente.

Percebemos, assim, que a expulsão escolar de travestis e mulheres transexuais é uma punição distinta de a pessoas que não são. Elas sequer têm o direito de defesa, como aconteceu com Anne. E essa ação é como camuflagem da transfobia.

3 Sobre o termo 'educação bancária' do patrono da educação do Brasil Paulo Freire, remete à educação reduzida em informações que as educandas depositam nas educandas (FREIRE, 1987).

Como se dá a trajetória educacional nos espaços formais de pessoas trans? Para responder essa pergunta, o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) fez uma pesquisa que Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019) expõem o resultado dos dados sobre o contexto educacional de pessoas trans no Brasil.

Destacaremos alguns itens que conversam com nossa discussão, como o abandono escolar, os obstáculos encontrados no cotidiano escolar e quais são. Responderam pessoas trans do Brasil inteiro que tiveram acesso a preencher o questionário online organizado pelo Instituto.

Sobre o abandono escolar, Andreia Lais Cantelli e Sayonara N. B. Nogueira (2019, p. 37, grifos em negrito das autoras) elencam as razões: “a **TRANSFOBIA**, seguida pela **DEPRESSÃO**, em 3º lugar situação **FINANCEIRA**, posteriormente temos o fato de não conseguir associar o **TRABALHO** a escola e a **EXCLUSÃO FAMILIAR**”. Através desses dados, é possível lembrarmos do conceito de expulsão de Bento (2012) e afirmar que a pessoas trans são vítimas de expulsão. Abandono não seria a palavra que melhor definiria essa violência, pois transfobia, depressão e exclusão familiar são violências que pessoas trans vivenciam.

No cotidiano escolar, os obstáculos destacados foram o preconceito em primeiro lugar (38%), seguido de assédio moral (18%), agressão verbal (16%), dificuldade de aprendizagem (15%), nome social (10%) e agressão física (3%). Exceto a dificuldade de aprendizagem, os demais são violências transfóbicas (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019). Ou seja, a escola é violenta com a população trans e isso tem sido o maior obstáculo.

Quanto aos obstáculos na educação básica e na universidade, 37% apontaram colegas, 27% professoras/es, 20% gestoras/es e 16% equipe pedagógica. Sendo assim, as pessoas mais próximas do cotidiano escolar/acadêmico de uma pessoa trans, as colegas, são o maior obstáculo. Em seguida, as professoras, que deveriam ser próximas para favorecer a aprendizagem, serem proteção, mediadoras de conflitos e ensinar sobre a diversidade. Na realidade, são hostis.

Entre tantos outros itens que aqui não foram analisados, o recorte que fizemos já nos permitiu compreender que a educação formal é violenta com pessoas trans em seu cotidiano e que a evasão escolar é uma violência que merece ser entendida como expulsão. Assim, concluem que

ao final deste trabalho percebemos então que a transfobia escolar diz respeito à agressividade e violência contra pessoas trans no ambiente escolar e que tornando uma conjuntura que preocupa e acarreta sérias implicações para a vida de travestis, mulher e homens trans e pessoas não-binárias, que vai desde o desenvolvimento de transtornos de aprendizagem até a exclusão escolar. É de suma importância investir na formação continuada de profissionais da educação acerca deste tema, para que possa promover de fato uma escola inclusiva e a cidadania em todo contexto escolar (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019, p. 44).

Precisamos combater a violência contra pessoas trans para o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo. Assim como romper com a lógica de naturalização da marginalização ou extermínio de sua existência, conforme denuncia Jaqueline Gomes de Jesus (2015).

É direito de qualquer cidadã brasileira o acesso e a permanência na escola, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no Artigo 206 (BRASIL, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Lei 9394/96) (BRASIL, 1996) no Artigo 3º e no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990) no Artigo 53 (BRASIL, 1990). Entretanto, os dispositivos legais dessa sociedade cisheteronormativa estão a favor das existências de travestis e mulheres transexuais?

Sayonara Nogueira (2019) afirma que o acesso e a permanência das pessoas trans é necessário para aperfeiçoar a formação delas. E para isso a educação tem que ser pensada em conjunto para que seja baseada na diversidade e em sua proteção. Se pensarmos em Anne e a violência que sofreu no período escolar, e de tantas outras travestis e mulheres transexuais como ela que lhes foi negado o direito à educação, podemos perceber o porquê de tão poucas pessoas trans na academia atualmente.

Anne observa com a maioria das travestis e mulheres transexuais de faixa etária dela, 50 anos, uma trajetória curta na escola. “Se você for conversar com a maior parte das trans, travestis da minha idade, todas elas passaram pela minha situação, tipo, muitas delas têm a quarta, quinta série, terceira série”. Ela afirma que as pessoas trans mais velhas de seu ciclo social não conseguiram avançar muito além da Educação Básica.

As diferentes dinâmicas da expulsão escolar que acontecem com Carol e Anne levam-nos à reflexão às diversas estilísticas de existência entre travestis e mulheres transexuais, ou seja, seus modos de existências e sobrevivências. Assim como também sobre o sistema, que desejam moldá-las, mesmo que negue seu direito à educação. Tanto Carol de 25 anos de idade quanto Anne de 50 anos de idade passaram por dificuldades no período escolar, mesmo sendo de gerações diferentes.

Discutir sobre gerações e idade de travestis e mulheres transexuais é entender que há poucas contribuições historiográficas no Brasil e às vezes sob uma visão heterossexista (LOPES, 2015). Antes de tudo precisamos compreender que, de acordo com a Agência Senado (2017, s/p), a “expectativa de vida das travestis e das mulheres trans é de 35 anos. A média nacional, segundo dados do IBGE é de 75,5 anos”. Assim, precisamos ter um olhar diferenciado quando pensamos na dinâmica da velhice de travestis e mulheres transexuais.

O interesse sobre a vida da pessoa idosa na sociedade contemporânea é a negação dessa condição, hierarquizando quem tem acesso ao consumo ou não de atividades como viagens, bailes, passeios etc. Pessoas LGBTs idosas que não têm acesso sofrem as rejeições nessas hierarquias, resultando em silenciamento e invisibilidade de suas existências (LOPES, 2015).

Além de não terem acesso ao consumo e serem marginalizadas, travestis e mulheres transexuais da geração de Anne, segundo ela, envelheceram sem ter modelo e identificação com outras pessoas trans na academia. Ela afirma que as que conseguiram hoje alcançar esses espaços e têm a sua idade, esconderam suas identidades e assumiram quando mais velhas. “Muita desse pessoal que já é mais velho um pouquinho, e teve acesso a academia e tal estudou e se graduou e mostrou, essa caralhada toda, tipo, eles não fizeram isso porque eles tiveram todo o histórico escolar direto”. Por mais que nossas colegas trans, que são doutoras-pesquisadoras tiveram suas existências invalidadas dentro da academia durante seu processo de formação e que Anne esteja equivocada, ainda assim não foi possível que alcançassem notoriedade de figura acadêmica para pessoas como Anne. E isso também é uma violência.

É violento negar educação às pessoas trans pela razão de serem trans. Carol tentou terminar os estudos da Educação Básica,

em Maringá mas não conseguiu. Ao chegar em São Paulo-SP, ela atingiu esse objetivo graças ao Transcidadania. Este é um programa de reinserção aos estudos para as pessoas trans. Graças a ele que Carol concluiu a Educação Básica.

Apesar das dificuldades para o acesso e permanência de pessoas trans, ausência de Políticas Públicas suficientes, algumas iniciativas rompem com esse descaso. O Programa Transcidadania, que alcançou Carol, teve o Decreto 55.874 de 29 de Janeiro de 2015 e foi lançado também em 29 de janeiro de 2015 (dia da nacional da visibilidade trans), por Fernando Haddad, prefeito da cidade de São Paulo-SP, na época (SÃO PAULO, 2019).

O Projeto Reinserção Social Transcidadania tem como proposta fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para a população LGBTTT em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenadoria da Diversidade Sexual (CADS) (SÃO PAULO, 2019, s/p, grifo da autoria).

O Programa da Prefeitura de São Paulo oferece autonomia financeira, para travestis e mulheres e homens transexuais em situação de vulnerabilidade concluir a Educação Básica, preparando para o mundo do trabalho, formação profissional e cidadã. Tem parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

De acordo com as informações divulgadas no site da prefeitura de São Paulo (2018, 2019), o projeto oferece para cada pessoa participante o auxílio mensal de R\$1.001,70 (2018) e R\$ 1.047,90 (2019), tendo o compromisso de cumprir a carga horária diária de 6 horas. O objetivo desse auxílio é possibilitar a permanência nos estudos às travestis e mulheres transexuais que, caso não recebessem, continuariam a ocupar a prostituição para seu sustento.

Carol também cita outro projeto da qual fez parte chamado *Empregabilidade de Pessoas Trans – Cozinha & Voz* que oferece capacitação de assistente de cozinha para travestis, mulheres e homens transexuais em situação de vulnerabilidade, também em São Paulo - SP. Trata-se de uma ação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A coordenação é da chef de cozinha Paola Carosella.

A primeira edição foi em 2017 (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018).

Após a realização da 1ª edição do curso no final de 2017, cerca de 70% das alunas e alunos foram encaminhados para o mercado de trabalho. O projeto possui uma rede de empresas parceiras, como Sodexo, Avon, Arturito, La Guapa, Fitó e Mangiare, que já contrataram alunas após a finalização do curso (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018, s/p).

O objetivo é promover oportunidades de acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Em menos de dois meses de duração do curso, totalizando nove aulas sobre as aptidões básicas para trabalhar em uma cozinha de restaurante (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2018).

Percebemos com essas ações que é possível impactar a formação de travestis e mulheres transexuais, mesmo que ainda não seja suficiente para toda a população trans. Seguimos com expectativas de que projetos como esse sejam valorizados e implantados a fim de oferecer possibilidades para pessoas trans inserirem em diferentes espaços, rompendo com a lógica da nossa sociedade de privilégios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões que imergiram acerca do trajeto escolar e acadêmico das colaboradoras desta pesquisa denunciam que a escola e a universidade são ainda hostis e normativas.

Com Carol, percebemos que a academia é algo que parece ainda inatingível, um território desconhecido. E o espaço escolar foi um ambiente de violências que conseguiu controlar e superar. No entanto, se não fosse a Transcidadania, provavelmente não teria concluído a Educação Básica, porque foi o programa que possibilitou sua formação.

Com Anne, a academia foi uma potência que abriu as portas para ela e que ofereceu conhecimentos para proteção da população LGBT, o que resultou em um Coletivo. Já o espaço escolar foi hostil

e violento, resultando em traumas e nenhum trabalho pedagógico. Sua idade de 50 anos fez com que ela refletisse que sua geração de pessoas trans também não teve formação escolar.

Essa ausência de formação escolar se dá porque pessoas trans são expulsas de seus espaços. Diferentemente da evasão, que é consequência de fatores externos que resultam na desistência dos estudos. A expulsão extirpa travestis e mulheres transexuais da escola pela razão de serem o que são, é um processo de negação e violência.

Iniciativas como da Unespar de trazer pessoas da periferia para dentro da universidade para falar de si e empoderá-las com conhecimento, ou da Transcidadania, que possibilita a conclusão da Educação Básica de pessoas trans com auxílio financeiro a fim de garantir a permanência, ou do Cozinha & Voz, que prepara e impulsiona pessoas trans ao mercado de trabalho nos provam que impactam vidas e promovem afirmação da população trans.

Precisamos romper com o ciclo de violências que atingem pessoas trans em seu cotidiano escolar e universitário. E também de uma sociedade que pratique políticas públicas que pensem no acesso e permanência de travestis e mulheres transexuais nos espaços de educação formal de modo que as desenvolvam cognitiva, afetiva e socialmente.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da média nacional.** 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 131-149.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola:** Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa. 279f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

ANTRA. **Dossiê:** assassinatos e violência contra travestis e transexuai no brasil em 2018. 2019. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL/MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. In: CANTELLI, Andreia Laís; PEREIRA, Fernanda Ribeiro; OLIVEIRA, Julia Jorge de; TOZO, Nicholas Lopes; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Orgs.). **As fronteiras da educação**: a realidade dxs estudantes trans no Brasil. Brasil: Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 27-44.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhe. 42. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF, 2017.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 17-32.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Lílíana da. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015, p. 32-51.

LARRAT, Symmy. Da esquina à Escola: o Transcidadania e seus impactos nas vidas e na política. In: CONCILIO, Isabela Leite; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs.). **Trans cidadania**: Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. São Paulo: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2017, p. 117-122.

LOPES, Fábio Henrique. Agora as mulheres são outras. Travestilidade e Envelhecimento. In: JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). **Transfeminismo**: teorias e práticas. 2.ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015, p. 171-194.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. Monitoramento. In: CANTELLI, Andreia Laís; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. A realidade das/os estudantes trans no Brasil. Brasil, Instituto Brasileiro Trans de Educação, 2019, p. 6-13.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências Negras: o lugar de Travestis e Mulheres Transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. In: RIBEIRO, Paula... et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa(ções) nos espaços de educação. Rio Grande/RS: Ed. da FURG, 2018, p. 69-88.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. 2018. **MPT e OIT se unem em projeto pela empregabilidade trans com chef Paola Carosella**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_629064/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 09 jul. 2019.

RIBEIRO, Djamilia. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

Calce os meus saltos e... - Clara Henke Ercoles e Eliane Rose Maio

ROSA, Rogério Machado. **A cartografia como estratégia de pesquisa:** agenciamento de afetos. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/rizoma/article/viewFile/3266/m%C3%A9todo>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SALES, Adriana. **Travestis brasileiras e escolas (da vida):** cartografias do movimento social organizado aos gêneros nômades. 305f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2018.

SÃO PAULO. 2019. **Projeto Reinserção Social Transcidadania.** Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430>. Acesso em: 09 jul.2019.

SÃO PAULO. 2018. **Transcidadania.** Disponível em: < https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php >. Acesso em: 09 jul.2019.

Submetido em 20 de outubro de 2020

Aceito em 23 de julho de 2021

Publicado em 16 de dezembro de 2021

